

Senador Sarney depõe contra Nunes Freire na CPI de terras

17 SET 1977

O GLOBO

BRASÍLIA (O GLOBO) — O Senador José Sarney (Arena-MA), que havia se colocado à disposição da CPI do Sistema Fundiário, acusou ontem violentamente o Governador Nunes Freire de transações irregulares de terras no Maranhão e pediu à Comissão que apurasse seu falso testemunho ao órgão. Segundo Sarney, o Governador "tem mais de dez ações ajuizadas no Maranhão, onde ninguém briga mais por terra do que ele."

Sarney acusou ainda o Governador Nunes Freire de ter induzido o prefeito de São Luís, há pouco mais de um mês, a editar uma lei anistiando de juros e corrigão monetária, os proprietários de imóveis urbanos. Co nisso — disse ele — o governador conseguiu reduzir seu débito de 1 milhão para 400 mil cruzeiros.

Com relação à acusação que lhe foi feita pelo governador de haver comprado irregularmente uma posse de 5 mil hectares, Sarney explicou: "Quando me foi oferecida a área, logo percebi que o aterramento não era regular. Assim, com escrúpulo, comprei apenas as bensfícias. Será que é crime ter a posse de terreno foreiro?"

O Senador Sarney negou ainda participação acionária nas empresas agropecuárias Santa Helena e Norma, das quais o Senador Alexandre Costa é acionista, acentuando que pertence apenas ao Conselho Fiscal de ambas, "que necessitavam disso para provar a idoneidade e seriedade do empreendimento."

Por outro lado, disse que quan-

do ocupou o Governo do Maranhão não editou nenhuma lei permitindo a alienação de terras sem concorrência, mas apenas sancionou diploma legal votado pela Assembléia; pela Arena e pelo MDB. "Além disso, continuou ele, a Constituição permite essa forma de alienar no interesse do desenvolvimento regional. A medida é tão correta que o Presidente da República recomenda a mesma sistemática ao Inca."

Incidente

Um incidente marcou ontem os trabalhos da CPI da Câmara que investiga o sistema fundiário do País, com troca de acusações entre dois parlamentares maranhenses de compra ilegal de terras. Ao gritos de que não se nivelava "a um passador de cheques sem fundo", o Senador Alexandre Costa (Arena-MA) recusou-se, inicialmente, a responder a qualquer pergunta do Deputado Epitácio Cafeteira (MDB-MA).

Bastante nervoso, o Senador maranhense disse que não responderia às indagações de Cafeteira por negar-lhe idoneidade moral, o que provocou a suspensão dos depoimentos na CPI pelo seu presidente, Deputado Generoso FONSECA (MDB-GO), sob a alegação: "Estão trazendo rancores pessoais para o recinto".

Alexandre Costa aproveitou a interrupção dos trabalhos para distribuir documentação que, segundo ele, provaria suas acusações contra Cafeteira, o qual, durante todo tumulto

criado pelo Senador governista, manteve-se calmo.

Quando a sessão foi reiniciada, o deputado oposicionista formulou suas perguntas ao Senador Alexandre Costa.

Um das perguntas buscava esclarecer por que o senador, ao adquirir terras do Estado do Maranhão, ouviu a posse de um imóvel rural de 3.000 hectares.

As outras indagações diziam respeito à avaliação dessas terras, por um preço muito superior ao da aquisição, baseado no valor das árvores existentes na área e a sua participação numa assembléia da Agropecuária Norte Maranhense, da qual é acionista e onde foi aprovada a forma de incorporar aqueles terras.

Alexandre Costa disse que a lei estadual permitia aos adquirentes de terras devolutas ser proprietário, desde que comprovada a exploração da terra, sem todavia explicar porque omitiu a posse de um imóvel rural no Maranhão quando requereu novas áreas do Estado.

Já para o episódio ocorrido na assembléia da empresa apresentou a explicação de que votara na reunião exercendo seu direito de acionista da empresa. Quanto ao problema da avaliação da área, adquirida por 50 mil cruzeiros e incorporada por 2 milhões, 250 mil cruzeiros, o senador disse que isso era problema de valorização de imóveis.